

FAUNA SILVESTRE DESTINADA AO CETAS/RJ ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2017*

Alex Braz Iacone Santos¹

Karine Resende Corrêa Florentino²

João Vitor Carvalho de Freitas³

Jhulia Kathelen Carvalho de Oliveira dos Santos⁴

Márcio Urselino da Costa⁵

Recursos Naturais

Resumo

Na atualidade o tráfico de animais silvestres é a terceira maior atividade ilícita no mundo. Porém, poucos são os estudos realizados no Brasil com os dados registrados nos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), inclusive no estado do Rio de Janeiro, onde a criação ilegal de aves silvestres ainda é uma atividade bastante comum. Objetiva-se com esse trabalho realizar um diagnóstico da fauna destinada ao CETAS/RJ entre os anos de 2014 e 2017. Um total de 22.215 indivíduos, compreendendo 238 espécies, 21 não nativos, 15 endêmicos do Brasil, 21 endêmicos de Mata Atlântica e 17 espécies ameaçadas foram entregues ao CETAS/RJ. As aves predominaram com 188 espécies (87,44% dos indivíduos), seguidas por mamíferos com 28 (4,45%), répteis com 19 (7,40%), dois crustáceos (0,69%) e um inseto (0,01%). A maior parte das espécies foi destinada por apreensões. Os espécimes entregues ao CETAS/RJ foram, majoritariamente, provenientes de municípios adjacentes ao empreendimento apontando para a necessidade da instalação de outros empreendimentos desse porte na escala estadual e nacional. As ordens Passeriformes e Psittaciformes foram as mais frequentes e indicam a preferência pelos criadores amadores por aves canoras e de cores frondosas. Recomenda-se a continuação de investigações desse porte a fim de identificar os padrões da fauna entregue nos CETAS brasileiros, bem como para subsidiar planejamentos regionais e nacionais de combate ao tráfico de animais silvestres.

Palavras-chave: infrações; IBAMA; tráfico; animais silvestres; crime.

¹Prof. Me. Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, iacone.alex@gmail.com

²Discente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, karircf@gmail.com

³Discente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jhuliasantos437@gmail.com

⁴Discente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, joao.vitor.freitas2002@gmail.com

⁵Servidor do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, urselino1@yahoo.com.br

* O presente trabalho é parte da tese de doutorado do primeiro autor.

INTRODUÇÃO

O tráfico de animais silvestres no território brasileiro remonta ao período colonial, configurando, na atualidade, a terceira maior atividade ilícita no mundo, perdendo apenas para o tráfico de narcóticos e armas (SANTOS; CÂMARA 2002). Estima-se que esse comércio ilegal movimentasse cerca de US\$ 10 a 20 bilhões/ano e a participação do Brasil seria de aproximadamente 5% a 15% deste montante, por consequência, cerca de 38 milhões de espécimes de diferentes grupos taxonômicos são retirados da natureza anualmente (RENCTAS 2001).

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é responsável por executar as políticas públicas do meio ambiente e de fiscalização ambiental. Para que os animais silvestres apreendidos tivessem adequada identificação, tratamento, triagem e destino, foram criados os Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS). O recebimento dos animais nos CETAS pode ser oriundo de apreensão decorrente da ação fiscalizatória, resgate ou entrega voluntária. Após a reabilitação, os animais podem ser soltos em áreas de preservação previamente cadastradas ou destinados para criadores registrados, como zoológicos e parques.

Eles foram criados com o intuito de aumentar a capacidade e melhorar os cuidados com os animais, se configurando como um promotor de serviços temporários aos espécimes. Porém, poucos são os estudos realizados no Brasil com os dados registrados nos CETAS, inclusive no estado do Rio de Janeiro, onde a criação ilegal de aves silvestres ainda é uma atividade bastante comum. Neste contexto, objetiva-se com esse trabalho realizar um diagnóstico da fauna destinada ao CETAS/RJ, localizado no município de Seropédica/RJ, entre os anos de 2014 e 2017.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com os registros de entrada de animais no CETAS/RJ, o único empreendimento do tipo no estado do Rio de Janeiro. O CETAS/RJ é administrado pelo IBAMA e está inserido na Floresta Nacional Mário Xavier (22°44'38"S,

43°42'27"W, SIRGAS2000). Os dados foram compilados a partir das planilhas de admissão de animais registradas pelos servidores do IBAMA entre os meses de janeiro de 2014 a dezembro de 2017. Além da data do registro, as seguintes variáveis foram consideradas para o diagnóstico: i) município de origem; ii) tipo de ocorrência (apreensão, entrega voluntária ou resgate); iii) agente responsável pela entrega (ex. órgãos de fiscalização ambiental, polícia (civil, militar, rodoviária, etc.), bombeiros, empresas, transeuntes, etc. As análises descritivas foram realizadas com o programa Microsoft Office Excel versão 2007. O programa ArcGis 10.1 foi utilizado para a produção dos mapas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 22.215 indivíduos, compreendendo 238 espécies, 21 não nativos, 15 endêmicos do Brasil, 21 endêmicos de Mata Atlântica e 17 espécies ameaçadas foram entregues ao CETAS/RJ de janeiro de 2014 a dezembro de 2017. As aves predominaram com 188 espécies (87,44% dos indivíduos), seguidas por mamíferos com 28 (4,45%), répteis com 19 (7,40%), dois crustáceos (0,69%) e um inseto (0,01%). Esse padrão está de acordo com estudos realizados em outros centros de reabilitação de vida silvestre no Brasil (PAGANO *et al.* 2009, FRANCO *et al.* 2012, NASCIMENTO *et al.* 2016, OLIVEIRA *et al.* 2018), e revela que as aves são o táxon mais afetado pelo comércio ilegal. A criação de aves é uma prática comum em todo o Brasil, tanto em ambientes rurais como urbanos, e esses animais geralmente são provenientes de criadores ilegais e capturados na natureza.

Dentre os animais enviados ao CETAS/RJ, 19.370 (87,55%) indivíduos foram provenientes de apreensões realizadas por diferentes agentes, principalmente por agentes policiais. Outros 1.415 (6,40%) indivíduos foram resgatados e 1.340 (6,06%) foram entregues voluntariamente. Semelhante aos resultados obtidos por outros autores (PAGANO *et al.* 2009, DESTRO *et al.* 2012, OLIVEIRA *et al.* 2018), as apreensões foram a principal origem dos animais enviados ao CETAS/RJ, evidenciando que a legislação proibitiva não é suficiente para impedir o comércio e a reprodução ilegal de

espécies selvagens. Ao contrário dos répteis e aves, nos mamíferos a entrega de mamíferos teve o resgate como principal motivação.

Os espécimes entregues ao CETAS/RJ foram, majoritariamente, provenientes de municípios adjacentes ao empreendimento e/ou populosos (Figura 1). Esse padrão espacial restrito indica a limitação do CETAS/RJ em conseguir atender as demandas de todo o estado do Rio de Janeiro (43.696 km² de área) e aponta para a necessidade da instalação de outros empreendimentos desse porte na escala estadual e nacional. Os CETAS existentes têm capacidade restrita em absorver os animais apreendidos e esse fato se justifica como consequência dos problemas enfrentados no seu funcionamento, como a falta de verbas e de funcionários, superlotação, grande número de animais permanecendo longos períodos devido à falta de opções para a destinação dos mesmos (GODOY 2006).

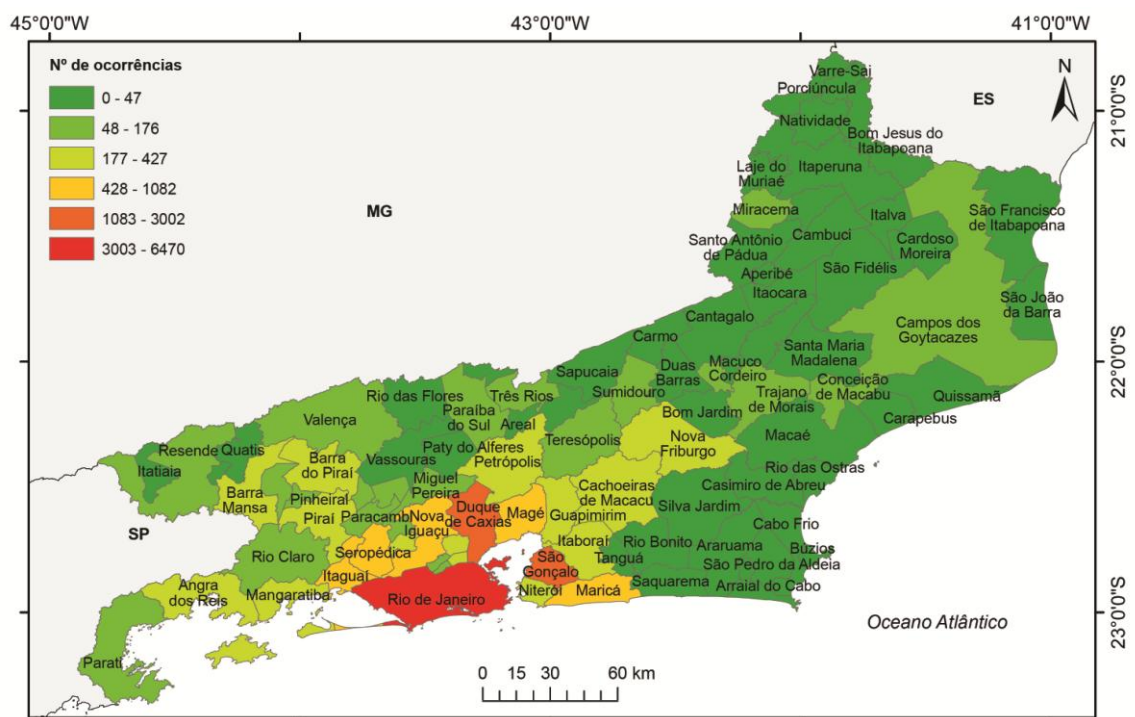


Figura 1. Distribuição espacial dos animais entregues ao CETAS/RJ entre 2014-2017.

Dentre as aves, as ordens Passeriformes e Psittaciformes foram as mais frequentes com, respectivamente, 89,9% e 6,5% da classe. As famílias Thraupidae, Passerellidae, Turdidae e Psittacidae foram as mais representativas. Essas ordens são tradicionalmente

as preferidas dos criadores amadores de aves, tanto pela riqueza na coloração quanto pela beleza do canto no caso dos Passeriformes.

CONCLUSÕES

As aves são as principais vítimas do comércio ilegal de animais silvestres no estado do Rio de Janeiro, principalmente as espécies canoras criadas como pets. A predominância de apreensões sobre as entregas voluntárias e resgates revela que a penalidade por crimes ambientais é insuficiente para impedir a perpetuação da atividade ilícita. Embora o estado do Rio de Janeiro seja um dos principais destinos da fauna apreendida no Brasil, poucos são os estudos desenvolvidos sobre essa temática. Portanto, são necessários maiores esforços a fim de identificar os padrões da fauna entregue nos CETAS brasileiros, bem como para subsidiar planejamentos regionais e nacionais de combate ao tráfico de animais silvestres.

REFERÊNCIAS

- DESTRO, G. F. G.; PIMENTEL, T. L.; SABAINI, R. M.; BORGES, R. C.; BARRETO, R. M. Efforts to combat wild animals trafficking in Brazil. In: LAMEED, G. A. (Ed.), Biodiversity enrichment in a diverse world. London: IntechOpen, pp. 421–436, 2012).
- FRANCO, M.; CÂMARA, F. M.; ROCHA, D. C. C.; SOUZA, R. M.; OLIVEIRA, N. J. F. Animais silvestres apreendidos no período de 2002 a 2007 na macrorregião de Montes Claros, Minas Gerais. **Enciclopédia Biosfera**, vol. 8, nº 14, p. 1007–1018, 2012.
- GODOY, S.N. **Patologia comparada de passeriformes oriundos do tráfico**: implicações na soltura. Tese. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.
- NASCIMENTO, C. A. R.; CZABAN, R. E.; ALVES, R. R. N. Trends in illegal trade of wild birds in Amazonas state, Brazil. *Tropical Conservation Science*, vol. 8, nº 4, p. 1098–1113, 2015.
- OLIVEIRA, E. S.; TORRES, D. F.; ALVES, R. R. N. Wild animals seized in a state in Northeast Brazil: Where do they come from and where do they go? *Environment, Development and Sustainability*, p. 1-22, 2018.
- PAGANO, I. S. A.; SOUSA, A. E. B. A.; WAGNER, P. G. C.; RAMOS, R. T. C. Aves depositadas no Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA na Paraíba: uma amostra do tráfico de aves silvestres no estado. **Ornithologia**, vol. 3, nº 2, p. 132–144, 2009.
- RENTAS. Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais. 2001. 1º Relatório nacional sobre o tráfico de animais silvestres. 107 p.
- SANTOS, T. C. C.; CÂMARA, J. B. D. (Orgs.). **GeoBrasil 2002**: perspectivas do meio ambiente no Brasil: o estado da biodiversidade. Brasília: Edições IBAMA. 2002.